



PARTIDO DOS TRABALHADORES, UM PARTIDO TRABALHISTA CONSERVADOR?

Workers Party, a Conservative Workers Party?

MARCELO MAURICIO DE MORAIS

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Brasil

KEY WORDS

*Workers Party
Institutionality
State
Ideological Position
Lula*

ABSTRACT

The hypothesis that is intended to be verified is whether there is in the PT an assimilation of this institutionalality that was previously criticized, but which is now reconciled to it, that is, if there is a transformation in the Workers Party with such an environmental change. (Couto, 1995) "A change that can help the party move from a position with a state-level institutional order contestant to another" (p.23).

PALAVRAS-CHAVE

*Partido dos Trabalhadores
Institucionalidade
Estado
Posição Ideológica
Lula*

RESUMO

A hipótese que se pretende verificar é se existe no PT uma assimilação dessa institucionalidade que antes criticava, mas que agora a ela se concilia, isto é, se há no Partido dos Trabalhadores uma transformação com tal mudança ambiental. (Couto, 1995) "uma mudança que pode contribuir para que o partido passe de um posicionamento contestador de ordenamento institucional representativo do Estado para outra" (p.23).

Recebido: 25/10/2019

Aceite: 12/03/2020

1. Introdução

A hipótese que se pretende verificar é se existe no PT uma assimilação dessa institucionalidade que antes criticava, mas que agora a ela se concilia, isto é, se há no Partido dos Trabalhadores uma transformação com tal mudança ambiental. (Couto, 1995) “uma mudança que pode contribuir para que o partido passe de um posicionamento contestador de ordenamento institucional representativo do Estado para outra” (p. 23). Portanto, ao tomar significativas medidas que elevam sua competitividade eleitoral que visam uma aceitação do jogo político institucional em seus programas de governo, bem como atendem às expectativas pró-mercado abandonando sua “posição ideológica”, o PT sofre tais mudanças? Deste modo, o Partido dos Trabalhadores, um partido até então médio no jogo político institucional dos chamados “Partidos Governistas”, revoga a sua posição contestadora e aceita as “regras do jogo” institucional, em outras palavras, passa a consentir em seu partido o financiamento privado de campanhas eleitorais, coligações eleitorais e a negociação de seu programa de governo como pode se ver na “Carta ao Povo Brasileiro”¹, divulgada em junho de 2002. Para tanto, será realizado um breve estudo dos seguintes documentos: A Carta de princípios de 1979, a Carta ao Povo Brasileiro de 2002, a carta de rompimento² do Professor e um dos fundadores do partido, Chico de Oliveira³, os programas de governo de 1989 e 1998 afim de averiguar a hipótese proposta para o estudo bem como sua posição em relação ao Mercado financeiro e a sua base política, o sindicalismo, os movimentos populares e sociais. À vista disso, serão destacadas as mudanças significativas no PT ao longo dos anos e se essas mesmas mudanças levaram ao rompimento com os movimentos sociais, como também com os parlamentares que futuramente irão instituir o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

1 Ver Carta na íntegra em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>. Acesso em 16/10/2019.

2 Ver Carta em: URL <https://movimentorevista.com.br/2019/07/sociologo-chico-de-oliveira-sai-do-pt/> Acesso em 18/10/2019.

3 Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira: possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (1956), especialização em Desenvolvimento Econômico pelo Banco do Nordeste do Brasil (1956), doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1992) e pós-doutorado pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (1984). Atualmente é PROFESSOR TITULAR da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico.

Antes mesmo de iniciar nossa análise, tentar-se-á desvendar o socialismo petista, ou melhor, o Partido dos Trabalhadores formulou de que forma “seu socialismo”.

(Azevedo, 1995), o PT trata o socialismo de forma ambígua e indefinida, pois ao mesmo tempo em que o partido fala que o socialismo é um socialismo e uma sociedade democrática, também difunde um socialismo dos trabalhadores referindo-se a um socialismo alternativo em contraposição ao socialismo burocrático. (Azevedo, 1995), fala em falta de clareza ideológica e atribui dois fatores a esse fato: o primeiro, de razão interna ao partido e o segundo de cunho externo. São eles: primeiro a hegemonia do grupo dos sindicalistas autênticos no PT⁴ e a restrita força de esquerda organizada de viés leninista. O segundo diz respeito ao contexto em que os documentos foram construídos.

Conforme Couto (1995),

O traço distintivo que marcava os sindicalistas fundadores do PT é a sua preocupação com a busca de autonomia para o movimento sindical. Essa luta por maior liberdade de ação e de organização perante a legislação corporativista do Estado pautou a ação tanto daquelas lideranças que assumiram a direção dos sindicatos oficiais como daqueles que se mantiveram na oposição às diretorias de seus sindicatos, tidas como pelegas. (p. 62).

Assim afirma Azevedo (1995),

Falta de Liberdade partidária, de expansão e organização, conjugadas com a ideia de que a

⁴ Entende-se por sindicalistas autênticos: O primeiro sujeito político, ou o primeiro grupo político na formação do Partido dos Trabalhadores são reconhecidamente os sindicalistas. Uma vez que o novo sindicalismo brasileiro lutava pela sua autonomia diante do Estado, pois a legislação corporativista se alastrava desde o estadonovista de Getúlio Vargas, impossibilitando e marginalizando a maior parte da população, entre elas, a classe trabalhadora de reivindicar suas demandas junto ao Estado sem que fosse feita com desconfiança por parte da sociedade, os movimentos dos “sindicalistas autênticos”, em 1977 (Couto, 1995), representavam na personalidade de Luiz Inácio da Silva, o movimento grevista do novo sindicalismo. Ele presidia o sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD). O movimento grevista de 1977 reivindicava reposição salarial da classe trabalhadora e foi o pontapé inicial das mobilizações para a formação do Partido dos Trabalhadores. Esse movimento se deu pela alteração dos índices de custo de vida e de inflação dos anos de 1972,73 e 74 por parte do regime levando ao movimento grevista. O movimento do novo sindicalismo brasileiro teve origem no Estado de São Paulo por se tratar do estado que reunia nele as mais importantes indústrias de ponta do país, dessa forma mobilizava a maior força política do novo sindicalismo, embora em linhas gerais, a formação do PT no âmbito nacional teve suas principais mobilizações a partir de 1978 realizadas pelos líderes das regiões sul e sudeste, representados nos líderes sindicais como Lula, Olívio Dutra e João Paulo Vasconcelos.

crítica às experiências “socialistas” internacionais prestaria um desserviço ao socialismo, impediriam afirmações categóricas de caráter marxista ao mesmo tempo em que inibiriam a crítica contundente dessas experiências (p. 32-33).

O Socialismo do Partido dos Trabalhadores parece ser ambíguo e contraditório o que leva a uma fragilidade de sua posição ideológica.

A partir do 5º Encontro Nacional realizado em 1987, o Partido dos Trabalhadores passa a definir-se como um partido socialista⁵ e define “seu socialismo” como democrático.

Para finalizar, (Azevedo, 1995) ressalta que as tensões internas do partido no que se refere aos paradigmas leninista e social democratas e as dificuldades do PT em seguir um desses caminhos, levam o partido a essa inconsistência e à falta de clareza ideológica. Além de ressaltar o contexto histórico em que surge o Partido dos Trabalhadores, isto é, o avanço das políticas liberais, as vigorosas críticas ao socialismo real por conta de seu “fracasso” e o abandono do ideal socialista por significativa parte da social-democracia europeia, por conseguinte “morte do marxismo”, levam o partido a uma falta de clareza ideológica.

2. “O Transformismo”?

O PT foi perdendo algumas de suas características fundamentais, como o elevado nível de participação das bases do partido, a contínua formação educacional política, moral e intelectual das massas, a precisão do programa político e o apelo à transformação da sociedade. Este texto não tem a pretensão de definir o Partido dos Trabalhadores como um partido pró-mercado, em outras palavras, é um partido de origem extraparlamentar, segundo a aceção de (Duverger, 1970), mas que ao longo dos anos, sobretudo, no primeiro governo Lula assumiu uma postura de partido governista (Panebianco, 2005), ou ainda ganhou contornos conservadores ao manter as políticas econômicas do governo Fernando Henrique Cardoso.

2.1. As contradições entre a Carta de Princípios e a Carta ao Povo Brasileiro

Como já mencionado anteriormente, o Partido dos Trabalhadores, ao retirar de seu discurso na Carta

⁵ Ver item “Objetivo Estratégico do PT: Socialismo”, o partido declara: “A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT” (PT, 1998).

ao Povo Brasileiro conceitos como classe e exploração, perde sua precisão programática partidária, bem como sinaliza com uma mensagem simbólica a sua pretensão de uma coalizão não só partidária, mas, sobretudo uma coalizão social o que mais tarde será denominado como conciliação de classe de Lula. Faz um caminho que vai ao encontro de um partido trabalhista conservador, aproximando-se com o centro.

Ao suprimir esses conceitos de classe e exploração, e ao mesmo tempo assumir um compromisso com uma política ao qual o próprio PT combateu ao longo de sua história como partido de massa – um partido que tinha como pauta programática defender a uma massa explorada, a classe dos trabalhadores – ele passa a fazer parte do jogo político institucional e a manter a ordem econômica vigente.

Ao analisar os primeiros parágrafos da Carta de Princípios de 1979 e a Carta ao Povo Brasileiro de 2002, identifica-se logo de início as contradições entre elas. Na carta de 2002 a estrutura discursiva está fundada somente no “desenvolvimento econômico” por meio de uma mudança do modelo econômico vigente na época como se pode ver nos parágrafos abaixo.

L. I. LULA DA SILVA (CARTA AO POVO BRASILEIRO, Junho 22, 2002)

Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas. O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o atual modelo se esgotou. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral.

A carta de 2002 é o resultado claro da diminuição da importância ideológica que está intimamente ligada ao aumento da competitividade eleitoral como elemento de transformação dos partidos de massa em agremiações profissionais-eleitorais (Panebianco, 2005).

Nesse sentido, o PT é um partido trabalhista que procurou ampliar seu eleitorado para conquistar votos. Visto que Lula precisava ganhar a eleição deu-se à necessidade de fazer coalizões no Congresso por

conta das características do nosso presidencialismo de coalizão. Por isso, Lula irá realizar alianças com vários setores da sociedade. No âmbito partidário ele faz aliança desde o PP de Paulo Maluf⁶ até o PC do B. Aqui fica evidente o quanto o Partido dos Trabalhadores converteu-se, uma vez que o PT era considerado um partido de classe e a princípio não fazia alianças com partidos dito de direita como no caso do PP. Essa aliança resulta na indicação de um vice presidente importante empresário do setor têxtil, José Alencar do PL outro partido de posição antagônica ao PT. Vai intitular também Luis Fernando Furlan, que era desde 1993 presidente do conselho de administração do Grupo Sadia, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Agronegócio).

Vai denominar Humberto Rodrigues, que Foi Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de janeiro de 2003 a junho de 2006 e ao mesmo tempo vai colocar um representante da Democracia Socialista ⁷ no Ministério do

⁶ Paulo Salim Maluf (São Paulo, 3 de setembro de 1931) é um político, engenheiro e empresário brasileiro, filho de pais de origem libanesa. Foi governador do Estado de São Paulo (1979-1982), além de duas vezes prefeito de São Paulo (1969-1971; 1993-1996), secretário dos transportes do Estado (1971-1975), presidente da Caixa Econômica Federal, presidente e vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo, líder de cinco partidos políticos e candidato à Presidência da República. Seu último cargo foi o de deputado federal, função que ocupou por quatro vezes.

Na política, Maluf associou-se ao conservadorismo, e seu primeiro partido político foi a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), agremiação situacionista durante o regime militar, que posteriormente sofreu diversas alterações de nomenclatura, hoje se chamando Partido Progressista (PP). A ascensão e o sucesso como administrador público estiveram na origem do termo malufismo, em alusão à influência que Maluf deteve na política paulista.

⁷ A Democracia Socialista é uma tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

Fundada em 1979, ela participou ativamente do processo de construção do PT e procura, desde então, dialogar com seus militantes na busca pela construção de um partido socialista, democrático, internacionalista, feminista e antirracista, ecos socialistas, defensor da ética pública e do republicanismo.

A DS teve origem na fusão dos grupos políticos que militavam em torno da publicação do jornal *Em Tempo*, um dos maiores veículos alternativos dos anos de resistência à ditadura.

Em dezembro de 1979, já integrando ativamente o movimento pró-fundação do PT, a maior parte dos militantes que participavam da publicação do *Em Tempo* reuniu-se em São Paulo para organizar o congresso de fundação da Democracia Socialista. Com a criação do PT, no ano seguinte, o grupo passou a atuar politicamente dentro do partido, tornando-se oficialmente uma tendência interna em 1986.

No que diz respeito a sua atuação no PT, a DS atualmente se dedica a construção da Mensagem ao Partido, que constitui um movimento mais amplo, de luta por um partido socialista e democrático.

Além da atuação partidária, a DS também tem atuação na construção dos movimentos sociais. No movimento sindical, os militantes da corrente se organizam em torno da CUT Socialista e

Desenvolvimento Agrário. Portanto, Lula está construindo uma grande coalizão de classes ao locar em diferentes ministérios representantes tanto do agronegócio quanto representantes do partido que possam se aproximar mais dos movimentos sociais. Isto é, ao mesmo tempo em que o PT assume um compromisso com a sociedade, com o trabalhador, ele assume a mesma política econômica do governo anterior confeccionando uma coalizão social para poder governar num presidencialismo de coalizão.

PT, (Carta de Princípios, Maio, 1º, 1979).

Numa Sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégio das classes dominantes.

Na carta de 1979 o partido discursa sobre o desenvolvimento da classe operária e de uma verdadeira afluência pela melhoria das condições de vida e de sua luta pela emancipação, ao passo que na carta de 2002, o Partido dos Trabalhadores fala em trilhar um caminho para reduzir a vulnerabilidade externa do país por meio da exportação e de criar mercado amplo de consumo de massa. Defende dessa forma, não mais a emancipação da classe trabalhadora, mas assume uma aliança com setores empresariais da sociedade brasileira e se compromete a respeitar os contratos e obrigações que o país havia assumido no governo anterior reproduzindo assim uma sociedade desigual o que antes combatia. Ainda, na Carta de Princípios, existe um discurso de que os patrões usem quaisquer meios para quebrar a unidade dos trabalhadores ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos realizados no chão de fábrica. Enquanto que na Carta ao Povo Brasileiro, o discurso muda e menciona uma crescente adesão ao Partido dos Trabalhadores, de prefeitos e parlamentares não coligados com o PT, como também o apoio de parcelas significativas do empresariado brasileiro e de uma reforma tributária que desonere a produção, isto é, a desoneração do capital.

Ao falar do aumento da exportação para evitar a fragilidade externa do país, o PT encarrega-se de um compromisso com o agronegócio. Na medida em que o aumento das exportações só se dá pelas vendas de

Democrática, a CSD. Já no movimento estudantil, seus militantes se aglutinam no movimento Kizomba.

produtos agrícolas (carro chefe de nosso Comércio exterior) esse recurso serve para garantir o superávit e, esse por sua vez é a reserva financeira que o país tem para garantir o pagamento da dívida, sobretudo com instituições bancárias. Ao mesmo tempo, o partido fala em reforma agrária. Em outras palavras, com a chegada do PT ao poder por conta das alianças feitas por Lula, criam-se forças que abalam o compromisso com uma real reforma agrária. Pois, o PT priorizou as questões econômicas que só poderiam ser feitas caso se comprometesse com o agronegócio e as grandes empresas, as chamadas campeãs nacionais. Um bom exemplo dessa aliança com o agronegócio foi a investida de Lula no crescimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a ponto de seu orçamento crescer até se aproximar muito do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Asbastecimento (MAPA). Posteriormente, Dilma seguiu um caminho parecido.

No discurso de 1979 o PT diz não acreditar que partidos e governos criados pelos patrões e pelas elites políticas possam proporcionar conquistas e plena participação à classe trabalhadora, tanto é que no documento é explícito a crítica ao MDB, ao qual chama de “limitado” e de exclusiva ação parlamentar com uma perspectiva pró-capitalista. Ao mencionar o MDB, Lula fala de suas contradições e de sua incapacidade de representar a classe trabalhadora, uma vez que sua composição social é heterogênea e contraditória na medida em que faz parte dele desde industriais a operários como fazendeiros e camponeses da qual os interesses sociais são incompetíveis, portanto, sempre vão prevalecer os interesses da classe social mais abastada, isto é, os interesses dos patrões.

As contradições entre as cartas de 1979 e 2002 ficam mais evidentes ainda quando o partido fala na carta de 2002 sobre a preservação do *superávit* como necessário *para* impedir o aumento da dívida externa, interna e garantir a confiança do Mercado de e que o governo irá honrar seus compromissos, além de reafirmar o compromisso do crescimento econômico dentro do marco institucional. Nesse sentido, é notória sua contradição, uma vez que num primeiro momento o Partido dos Trabalhadores visa sua luta fora dos marcos institucionais com uma ação não só no campo político, mas, sobretudo uma luta nas formas clássicas de luta.

Isso significa que o PT ao conclamar sua participação em eleições e conseqüentemente atividades parlamentares, caso viesse a conquistar

alguma cadeira no legislativo, teria seu compromisso firmado em incentivar as massas exploradas a se organizarem e lutar por suas reivindicações. Ao assumir uma postura de luta na forma clássica, assume também o socialismo. Pois, em última instância, o Partido dos Trabalhadores tem como objetivo maior eliminar a relação de exploração do homem pelo homem.

Entretanto, vinte e três anos depois de escrito a Carta de Princípios do PT, é divulgada a Carta ao Povo Brasileiro, e nela seu objetivo maior de eliminar a exploração do homem pelo homem desaparece do discurso. Pois, a palavra socialismo não é mais usada na narrativa, impossibilitando assim vislumbrar um horizonte de transformações da estrutura da sociedade brasileira. Agora, o discurso compreende palavras como “desenvolvimento econômico” “crescer, incluir, pacificar”, “justiça social” e “projeto nacional alternativo”. É esse PT que faz aliança com o PMDB, o que antes não seria mensurável. Nesse novo discurso do Partido dos Trabalhadores fica claro que o partido faz uma conciliação entre classes, revogando a luta de classes a um “projeto nacional alternativo onde todas as classes são representadas pelo partido no governo”. Um exemplo dessa retórica está no parágrafo em que fala de dar continuidade às obrigações financeiras, desonerar o capital, aumento das exportações, além de “valorizar a agricultura familiar” e concomitantemente propor o mesmo para o agronegócio e os latifundiários exportadores.

L. I. LULA DA SILVA (Carta ao Povo Brasileiro, Junho 22, 2002)

Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o agronegócio e a agricultura familiar. A reforma agrária, a política alfandegária, os investimentos em infraestrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas com absoluta prioridade para gerar divisas.

O que a princípio era um discurso do ponto de vista das massas exploradas e marginalizadas material e politicamente no país, e buscava afirmar frente à face do Estado capitalista e às elites políticas dominantes ao longo dos anos, mudou e se tornou uma manifestação de proximidade com as elites não só políticas como econômicas do país com o propósito de alcançar o poder se preocupando quase que exclusivamente com o viés eleitoral. Nessa perspectiva, Lula faz alianças com

PL, mas além da aliança para conseguir vencer as eleições, havia a necessidade de governar, por isso como já mencionado anteriormente, Lula faz alianças com o PP de Maluf e com PC do B. O partido abandona o socialismo como meta estratégica para chegar ao poder.

2.2. Os interesses das frações de classe que compõem o PT

O interior do Partido dos Trabalhadores reúne diferentes setores das classes trabalhadoras com diversos interesses e plataforma política de acordo com cada fração de classe.

O primeiro sujeito político, ou o primeiro grupo político na formação do Partido dos Trabalhadores são reconhecidamente os sindicalistas. Uma vez que o novo sindicalismo brasileiro lutava pela sua autonomia diante do Estado, pois a legislação corporativista se alastrava desde o estadonovista de Getúlio Vargas, impossibilitando e marginalizando a maior parte da população, entre elas, a classe trabalhadora de reivindicar suas demandas junto ao Estado sem que fosse feita com desconfiança por parte da sociedade, os movimentos dos “sindicalistas autênticos”, em 1977 (Couto, 1995) representavam na personalidade de Luiz Inácio da Silva, o movimento grevista do novo sindicalismo. Ele presidia o sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (SMSBCD). O movimento grevista de 1977 reivindicava reposição salarial da classe trabalhadora e foi o pontapé inicial das mobilizações para a formação do Partido dos Trabalhadores. Esse movimento se deu pela alteração dos índices de custo de vida e de inflação dos anos de 1972,73 e 74 por parte do regime levando ao movimento grevista. Em linhas gerais, a formação do PT no âmbito nacional teve suas principais mobilizações a partir de 1978 realizadas pelos líderes das regiões sul e sudeste, representados nos líderes sindicais como Lula, Olívio Dutra e João Paulo Vasconcelos.

Por se tratar de um movimento de um setor da classe operária essas características “movimentistas” (Couto, 1995) foram levadas para dentro do partido pelos sindicalistas, isto é, os sindicalistas intercalam uma série de reivindicações de interesse de classe, de representação dos trabalhadores e de caráter extraparlamentar. É essa a característica que particulariza os sindicalistas fundadores do Partido dos Trabalhadores, uma aptidão pela busca de uma autonomia sindical.

Couto afirma que (1995),

O traço distintivo que marcava os sindicalistas fundadores do PT é a sua preocupação com a busca de autonomia para o movimento sindical. Essa luta por maior liberdade de ação e de organização perante a legislação corporativista do Estado pautou a ação tanto daquelas lideranças que assumiram a direção dos sindicatos oficiais como daqueles que se mantiveram na oposição às diretorias de seus sindicatos, tidas como pelegas. p. 62).

Outro grupo político interno do Partido dos Trabalhadores que é importante em sua formação foi o grupo dos movimentos sociais urbanos, ou movimentos reivindicativos. Assim como os sindicalistas, os movimentos sociais têm caráter autônomo, e sua organização se dá por meio da mobilização da população, além de atuarem como grupo de pressão em relação ao Estado na reivindicação de seus direitos. Esses movimentos se davam em sua maioria nas capitais dos estados brasileiros.

Confunde-se aos movimentos sociais à orientação dos setores progressistas da igreja católica, sobretudo as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) que atuavam nas paróquias das periferias. Essas respondiam à Arquidiocese de São Paulo. Essas paróquias envolveram-se na campanha eleitoral do pleito de 1982 desenvolvendo um trabalho com os partidos de oposição, em especial PT e PMDB (Meneguello, 1989). Esses movimentos aderiram ao Partido dos Trabalhadores por identificarem no partido um agente político capaz de representá-los no sistema político-institucional, uma vez que esses movimentos sociais eram marginalizados pelo Estado e eram movimentos de grupos de negros, feministas, libertários, entre outros. A ala tradicional da igreja também aderiu ao PT, representada na personalidade de Plínio Arruda Sampaio, bem como as alas mais recentes representadas pela Comissão de Justiça e Paz, com seu destaque maior para o jurista Hélio Bicudo. Em suma, o Partido dos Trabalhadores recebeu ao longo do processo de formação inúmeros movimentos sociais, desde os setores progressistas da Igreja Católica, até os movimentos feministas. Todos se sentiram representados politicamente no PT.

Em contrapartida, os parlamentares não tinham a mesma força política como os demais grupos, devido às características petistas de um partido extraparlamentar. Além dos parlamentares não gozarem de uma experiência efetiva no parlamento - pois os políticos não possuíam poder efetivo

perante o governo no regime militar, nem os situacionistas tampouco os oposicionistas que aderiram ao Partido dos Trabalhadores mais tarde – vale lembrar que o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) foi constituído no regime militar durante o bipartidarismo, e com características oposicionistas ao regime, comportou desde liberais até comunistas.

Os intelectuais atuaram na formação do Partido dos Trabalhadores de forma privada em função do prestígio entre os grupos políticos internos do partido. Não atuavam de forma organizada como os demais grupos, mesmo assim chegaram a ter forte influência dentro do partido, alcançando inclusive cargos de direção. Os intelectuais gozavam do mesmo pensamento de autonomia do partido em relação aos parlamentares. No entanto, agiam mais pelo prestígio individual do que pelo poder de mobilização do grupo.

Nas palavras de Couto (1995),

A influência exercida pelos intelectuais opera de forma muito mais individualizada e dispersa, efetivando-se mais pela persuasão e pelo prestígio individuais do que pela mobilização de recursos organizacionais tais como uma base organizada, o controle sobre determinadas estruturas etc. (p. 55).

Geralmente essas pessoas (intelectuais) pertenciam às instituições de ensino e pesquisa, sobretudo o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas – SP) e PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

E por fim, a esquerda organizada, essa esquerda que terá seus líderes expulsos do Partido dos Trabalhadores em 2003 por conta do caminho escolhido pelo PT para governar, e que acabam em 2004 fundando o Partido Socialismo e Liberdade. Essas eram tendências políticas internas ao PT e em sua maioria eram de ideologia marxista. Como vimos anteriormente, o novo sindicalismo não tinha vinculação com grupos políticos de esquerda. Sua principal característica e motivação era um sindicato autônomo com duas ramificações, entre eles os “autênticos”, e os do sindicato oficial. No entanto, desde mobilizações sociais houve uma aproximação desses grupos marxistas em relação aos sindicalistas, sobretudo os autênticos.

São duas as causas da aproximação dos grupos da esquerda organizada com o Partido dos Trabalhadores (Couto, 1995) primeiro, encontram

no partido um ator político capaz de representá-los em certa medida, isto é, reivindicavam os mesmos direitos. Segundo, embora alguns grupos não acreditassem na representação política institucional “burguesa”, foi no Partido dos Trabalhadores que encontraram abrigo para sair da clandestinidade imposta pelo regime até então. Nesse primeiro caso encaixam-se Alguns grupos de esquerda, embora o novo sindicalismo não tivesse características ideológicas marxistas. É o caso, por exemplo, da Convergência Socialista que atuava no PT desde o início das mobilizações do movimento sindical para a formação do partido, tanto é que ao longo do processo de formação do Partido dos Trabalhadores a Convergência Socialista tentou cooptar alguns líderes sindicais.

Essas tendências de esquerda atuavam também junto a outro grupo político interno ao partido, os movimentos sociais urbanos, que atuavam nas principais capitais do país e reivindicavam melhorias nas estruturas dos bairros das periferias, como asfaltamento de ruas, saneamento básico e transporte público de qualidade. Aliavam-se aos movimentos sociais e até confundiam-se com eles (Couto, 1995).

A segunda causa a levar à esquerda organizada a aderir ao Partido dos Trabalhadores é sem sombra de dúvida a sua condição de clandestinidade. No partido ela encontrou um abrigo para desenvolver seu pensamento marxista-leninista e atuar num partido legal. Embora em níveis diferentes, todos eles questionavam ou não aceitavam a participação política partidária oficial, isto é, desconfiavam plenamente das instituições representativas, por isso questionavam a sua legitimidade democrática, pois acreditavam que a transformação social viria por meio revolucionário e não por vias democráticas. Os grupos da esquerda não organizada faziam intensa crítica à ortodoxia dos grupos trotskistas mesmo compartilhando da mesma ideia marxista-leninista (Meneguello, 1989) e acreditavam na atuação de um partido legal como construção do socialismo por vias democráticas, assim como havia ocorrido no Chile de Salvador Allende.

Vale lembrar ainda que diferentes grupos de esquerda aderiram ao partido (Meneguello, 1989). No entanto, outros aderiram ao partido ao longo dos anos da década de 1980, principalmente no início da década. Nem todos os grupos da esquerda organizada se integraram ao projeto da formação do PT, nesse caso podemos apontar os seguintes grupos, o PCB, o PC do B e o MR-8.

Alguns grupos resistiram em aderir ao Partido dos Trabalhadores, e quando entraram, alguns deles se dissolveram e outros viram no partido uma franquia provisória, pois não acreditavam num partido revolucionário. (Keck, 1988) Esses grupos foram: “Liberdade e Luta (LIBELU), corrente Trotskista de composição estudantil e Movimento de Emancipação Proletariado (MEP), A Fração Operária (FO) o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), a Ação Popular Marxista-Leninista (APML)” (p. 98), a ala vermelha, dissidência do PC do B, membros da Política Operária (POLOP) e do Partido Revolucionário Comunista (PRC), outra dissidência do PC do B, e o Secretariado Unificado, também com tendência Trotskista, tinham posições diferentes dentro do PT.

Os grupos de esquerda tinham forte rejeição à instituição representativa democrática porque não acreditavam numa negociação com indivíduos de classes antagônicas. Em verdade, aceitar a negociação seria assinar a condição de dominação.

Tabela 1. Os Programas de Governo do PT Trabalhadores

	Programa de Governo do PT 1989	Programa de Governo do PT 1998	Principais Mudanças
Agricultura	Critica o fortalecimento das grandes propriedades e vê a reforma agrária como uma possibilidade de transformação social	Rápido crescimento das exportações.	O que num primeiro momento tem forte posicionamento classista em relação à terra, no programa de 1998 adere ao crescimento das exportações e dá importância ao superávit para formar reserva cambial para pagar a dívida pública. Assim dá incentivos e sustentação ao potencial produtivo do agronegócio brasileiro. Semelhante ao programa do PSDB.
Economia/Papel do Estado	Economia; Propriedade privada subordinada aos objetivos sociais da atividade econômica. Papel do Estado: Intervenção, estatização de bancos e controle da economia. Ampliação do poder de ação dos bancos estatais.	Economia: Abandono de uma postura ideológica e passa a falar em crescimento econômico, estabilidade da moeda e superávit para reverter o deficit da balança comercial. Incentivos aos créditos. Redução do desemprego Papel do Estado: Não fala mais em estatização dos bancos e dívida externa.	PT, um partido trabalhista migrou para o centro com o propósito de ampliar sua base eleitoral abandonando assim seu discurso classista (Meneguello, 1989). E, embora tenha havido mudanças no campo programático esses programas ressaltam o papel do Estado como responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social. Sobretudo, no programa de 1998 quando o partido resalta a sua experiência na administração da capital paulista entre 1989 e 1993, São Paulo a maior cidade brasileira para legitimar sua capacidade administrativa
Educação	Critica à Educação sexista	Viés econômico da Educação	O partido abandona o viés ideológico da Educação, de modo que renuncia o discurso progressista de transformação social através da Educação e leva o tema da Educação para a lógica econômica de Mercado.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados e informações retirados dos programas de governo de 1989 e 1998 do Partido dos Trabalhadores.

3. Os Programas de Governo do Partido dos Trabalhadores de 1989 e 1998 e suas Transformações

Muitas são as explicações sobre os fatores que colaboraram para as mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores entre os programas de governo para as eleições presidenciais de 1989 e 1998, e elas servem para apontar, especialmente como o PT se afastou de seus ideais originários. Segundo (Amaral, 2002), tal estudo pode revelar determinadas mudanças no partido, uma vez que o PT procurou ampliar sua base eleitoral desprezando suas posições ideológicas qualificado como catch all por (Kichheimer, 1966). Isto é, o Partido dos Trabalhadores, ao sofrer tais mudanças na busca por uma ampliação de sua base eleitoral acaba por optar por uma competitividade eleitoral com o propósito de vencer as eleições. Logo sofre uma desideologização que acreta na perda de sua principal características de partido socialista.

Programa de governo do PT 1989/1998

Nossa análise se iniciará pelo programa de governo às eleições de 1989. A princípio serão analisados como exemplos os itens Agricultura passando por Economia, Educação finalizando com o papel do Estado na economia. O propósito é apontar as diferenças entre os programas seguido de breves comentários conforme os temas abordados. A análise pontual desses temas se faz necessário por serem pontos centrais nos respectivos programas de governo do Partido dos Trabalhadores entre os escrutínios de 1989 e 1998.

Agricultura

Nota-se uma mudança logo no título dos cadernos dos programas de 1989 e 1998. Enquanto, no programa de governo de 1989 o caderno está intitulado como *Questão Agrária*, o caderno de 1998 traz o título *Caderno de Agricultura*. Atente-se para os títulos desses cadernos visto que há uma grande diferença na definição desses dois temas: questão agrária e agricultura. Quando o Partido dos Trabalhadores emprega a definição Questão Agrária, entende-se que o partido está se referindo a tudo que se aplica à terra, mas sobretudo, à estrutura fundiária que é a distribuição e organização da ocupação das terras no país. Acrescenta-se a essa questão, a reforma agrária.

Já no caderno de programa do governo do PT de 1998, o partido usa o termo Caderno de Agricultura, o que entende-se como utilização do solo com o objetivo de produzir alimentos para sustento dos homens, e que, portanto, está sob a regularização da Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI-bio) e do Ministério da Agricultura para estipulação de preços, bem como a comercialização interna e externa, e alcançar um superávit para reverter o deficit da balança comercial que está voltada para o mercado externo de commodities sem dar prioridade a reforma agrária. Uma reforma que tinha como propósito distribuir terras justamente para famílias de pequenos agricultores freando e diminuindo drasticamente a desigualdade no campo ao mesmo tempo que combatia o latifúndio. O que se observa aqui é como mais uma vez o PT muda o discurso de um pleito para outro e perde sua precisão ideológica. Em outras palavras, abre mão de uma reforma agrária de modelo de produção agrícola democrático e popular, sob o controle dos trabalhadores e lança mão de um modelo voltado para o mercado de commodities.

Afirma (Amaral, 2002).

(...) o partido acabou por abandonar temas mais ideológicos, como o socialismo, que simplesmente não é mencionado em nenhum momento no programa de governo de 1998. (p. 103).

(FBP, 1989. SP).

O programa Agrário do PAG tem dois eixos: acabar com o latifúndio, realizando a reforma agrária e aplicar uma política agrícola que defenda um modelo de produção agrícola democrático e popular, ambos sob controle dos trabalhadores. Na frente institucional o governo da Frente vai se empenhar em reverter a Constituição que proíbe a desapropriação do latifúndio chamados “produtivo”. Vai lutar para fixar o tamanho máximo das propriedades; para regular os contratos de arrendamento, limitando 15% do lucro líquido ao pagamento da renda; taxaço crescente sobre as grandes propriedades e proibição de compra de terra por pessoas jurídicas estrangeiras.

(FBP, 1989. SP).

Com a Nova República nada mudou. O Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Sarney representou um passo atrás em relação ao próprio Estatuto da Terra elaborado logo depois do golpe militar de 1964. A proposta de reforma perdeu sua autonomia como instrumento de distribuição de terra e de renda, tornando-se mero capítulo da política agrícola. O mecanismo de desapropriação só foi mencionado no plano para limitar seu conteúdo (não violentará de maneira nenhuma a propriedade”, “evitará a desapropriação sempre que conveniente”, não atingirá as terras que produzem” e assim por diante).

Ao analisar os textos acima nota-se que o Partido dos Trabalhadores trabalha a questão agrária como um agente polarizador da desigualdade no país. Para tanto, propõe como mecanismo de solução para tal desigualdade um modelo de produção no qual a política agrícola estará sob controle dos trabalhadores. Mais uma vez o PT se coloca como representante da transformação da estrutura fundiária brasileira e projeta democratizar a distribuição de terra e renda por meio da desapropriação do latifúndio, este último causador da exploração da terra sem produtividade social, mas direcionado para o agronegócio. Portanto, a socialização do acesso à propriedade rural servirá para modernizar todo o sistema agrário para contribuir com o crescimento econômico e social do país, bem como promover um modelo de produção agrícola

democrático e popular, além de propor a taxaço progressiva para grandes propriedades.

Caderno de Agricultura do programa de governo de 1998

(FUPMB, 1998, SP).

Com base no diagnóstico elaborado por uma equipe de especialistas, lideranças dos movimentos sociais que atuam no campo e representações de vários segmentos rurais, a Coligação União do Povo – Muda Brasil propõe um novo modelo de desenvolvimento rural.

(FUPMB, 1998, SP)

A construção desse modelo impõe, de imediato, a adoção de um choque de inclusão social e democratização do espaço rural com base numa verdadeira reforma agrária combinada com um programa amplo dirigida para a recuperação econômica da atividades agrícola de base familiar.

(FUPMB, 1998, SP)

Para a ruptura com o modelo anterior e a implantação do proposto, impõe-se, no mesmo nível de importância do processo de democratização da posse e do uso da terra, o controle dos oligopólios que dominam o conjunto da economia agrícola, tanto seus insumos básicos como a transformação e comercialização de sua produção. Para tanto, é condição indispensável o resgate do poder de regulação do Estado em defesa dos segmentos sociais inferiorizados nas relações econômicas e de poder. O Estado também deve agir no balizamento dos objetivos pretendidos, procurando incentivar e dar sustentação ao potencial produtivo da agricultura brasileira.

No programa de governo de 1998, o PT projeta uma política agrícola que defenda um modelo de produção democrático e popular, o partido já não o coloca sob o controle dos trabalhadores, mas sob tutela do estado. Em outras palavras, propõe uma solução dentro dos marcos institucionais e tampouco recomenda rever a Constituição no que se refere a proibição da desapropriação do latifúndio chamados “produtivo”. Também não propõe a taxaço progressiva das grandes propriedade.

Economia

No programa de governo de 1989 o PT fala em subordinação da propriedade privada aos objetivos sociais da atividades econômica, bem como trata a

questão da dívida externa como “agiotagem internacional” (Amaral, 2002) e propõe interromper imediatamente o pagamento da dívida externa. No programa de governo de 1998, o PT abandona sua postura ideológica e fala em crescimento econômico, estabilidade da moeda, superávit para reverter o deficit da balança comercial, bem como em incentivos ao crédito.

Verifica-se abaixo a consolidação de sua posição ideológica para o escrutínio de 1989.

(FBP, 1989, SP).

Entre 1980 e 1988, o Brasil pagou 132 bilhões de dólares ao exterior, sendo 97 bilhões só de juros. Dependendo do ano, os pagamentos consumiram de 50% a 102% dos valores das nossas exportações. Mas a dívida, em vez de diminuir, quase dobrou, atingindo 112,3 bilhões de dólares, sem entrada de recursos novos em quantidade significativa.

Exemplo das propostas colocados pelo PT no programa de 1989.

(FBP, 1989, SP).

- a) Suspender os atuais acordos com o FMI e o pagamento do serviço da dívida externa, interrompendo assim a drenagem de recursos para o exterior. Adotar, de forma articulada, medidas para estancar a fuga de capitais, para consolidar nossas reservas em moeda forte e para retomar o crescimento econômico, com a definição de um pacote de investimentos estratégicos, a retomada de gastos sociais e redistribuição progressiva de renda.

Viu-se no trecho acima um forte discurso classista e ideológico que aposta na suspensão do pagamento da dívida externa como uma das soluções para diminuição da fuga de capitais e para a retomada do crescimento econômico a fim de fomentar a redistribuição de renda progressiva. A proposta é de um novo modelo econômico em que a propriedade privada das terras, das indústrias, dos bancos, do comércio, dos serviços tem que servir ao interesse social é quase “uma expropriação da propriedade privada” em benefício do Estado. Já no programa de 1998 o discurso soa com um tom de conciliação com a propriedade privada e à elite econômica e política do país.

(FUPMB, 1998, SP)

O novo governo conduzirá com a mão segura à transição para uma nova organização da

economia, na qual à estabilidade da moeda será realizado com crescimento econômico e distribuição de renda.

(FUPMB, 1998, SP).

Combater o desemprego, recuperar os salários mais baixos, Adotar programas de renda mínima, enfrentar o grave problema da fome (...).

(FUPMB, 1998, SP).

A política industrial e de comércio exterior será um instrumento chave para reduzir a vulnerabilidade da economia brasileira, construindo as bases para o seu crescimento rápido e sustentado. A vigorosa elevação de nossa competitividade, o rápido crescimento das exportações e o controle das importações desleais serão prioridades centrais. O objetivo imediato será de reverter o déficit na balança comercial em seguida, pretende-se alcançar um superávit que permita diminuir as dependências liberando o enorme potencial de crescimento da economia brasileira.

Os exemplos acima, descortina o objetivo do programa de governo de 1989 e apresenta um novo modelo de crescimento centrado numa política econômica que deva subordinar-se à distribuição de renda e ao não pagamento da dívida externa. Já no programa de governo de 1998 o partido fala em distribuição de renda por meio de uma nova organização e não novo modelo econômico, essa nova organização deverá estar fundada na estabilidade da moeda, no crescimento econômico, inclusão social e no aumento da competitividade por meio das exportações para garantir um superávit. O PT abandona questões mais polêmicas como a suspensão do pagamento da dívida externa além de afastar-se de ideais socialistas.

Educação

No programa de governo de 1989, o PT faz duras críticas à Educação sexista no país, Enquanto que em 1998 o partido abandona esse viés ideológico de Educação, de modo que abandona o discurso progressista de transformação social através da Educação e leva o tema para a lógica econômica. Ainda, no programa de 1989, o Partido dos Trabalhadores discorre a Educação no Brasil como um mercado que exclui e propõe um Escola Pública e Popular que possibilite uma transformação na estrutura da sociedade brasileira. Programa de governo do PT de 1989.

(FBP, 1989, SP).

À Educação, no Brasil, virou um mercado e exclui a maioria. A frente quer construir uma Escola Pública Popular, onde todos possam entrar, permanecer, concluir, participando na sua direção. Será, então uma escola que desperta e capacita (política culturalmente) no rumo da transformação. (As bases do plano alternativo de governo-síntese popular).

Já o programa de governo do PT de 1998.

(PT, 1998).

Os gastos com a Educação no Brasil são hoje da ordem de R\$ 31 bilhões em todos os níveis de governo, cabendo aos estados e municípios arcar com 70% dessa despesa. A proposta da União do Povo soma R\$ 64,5 bilhões (...). As metas deverão ser atingidas em quatro anos, período em que serão implantadas políticas econômicas que provocarão crescimento com geração de empregos e renda, ao mesmo tempo em que a reforma tributária permitirá maior arrecadação e como consequência, um financiamento sólido e sustentado do Estado.

O Papel do Estado

Embora no programa de governo do PT para as eleições presidenciais de 1998 o papel do Estado tenha ainda importância no desenvolvimento econômico do país, ele difere quanto a uma intervenção mais acentuada do programa de 1989, como, por exemplo, a intervenção e até mesmo a estatização de bancos privados por serem responsáveis pela dívida pública e inflação. Nessa perspectiva, expõe um afrouxamento em seu discurso ideológico, isto é, abandona um debate mais estrutural sobre economia para executar um projeto alternativo.

Plano de Governo 1989

(FBP, 1989, SP)

O Estado, controlado pelos trabalhadores, deve planejar e orientar a vida econômica. Par sair da atual crise, o governo democrático-popular tem que desprivatizar, fazer exatamente o contrário do que os setores de direita estão propondo enquanto eles falam em privatizar empresas estatais (para poderem lucrar e comprar a preço de banana empresas rentáveis que foram montadas com o dinheiro do povo, nosso governo vai fazer coisa bem diferente) (VAMOS É DESPRIVATIZAT O ESTADO).

Nesse parágrafo do programa de 1989 fica claro o discurso da mudança no papel do Estado. Um Estado, que segundo o partido é um “estado privatizado” que se manifesta através das privatizações de empresas estatais e propõe um governo democrático popular controlado pelos trabalhadores para conduzir a vida econômica do país sem a necessidade de privatizar empresas estatais. Aqui também se revela um forte discurso ideológico do partido, uma manifestação que vai ao encontro de seu modelo originário um partido de viés classista.

(FBP, 1989, SP).

Os bancos privados brasileiros não financiam a produção e não emprestam para quem precisa. Apesar disso acumulam, ano após ano, lucros descabidos. São os principais beneficiários do crescimento da dívida pública e da inflação. Exploram um serviço essencial a toda economia – o crédito -, mas tornan-se agentes de um sistema largamente parasitário. Aumentaremos o controle sobre os bancos através de mecanismos legais de fiscalização exercidos pelo Banco Central, recorrendo a várias formas de intervenção, inclusive estatizações, se medidas deste tipo forem necessárias. Ao mesmo tempo, estimularemos a desconcentração de renda bancárias e ampliaremos o poder de ação dos bancos estatais, especialmente do Banco do Brasil.

Agora, o PT emprega o discurso da estatização dos bancos privados pois, segundo o partido, tais bancos são os fomentadores da dívida pública e da inflação. Portanto, as instituições financeiras são organizações que não financiam e não promovem o setor produtivo da economia, mas financiam a dívida dos trabalhadores por meio de créditos. Aqui também há um viés classista.

Entretanto, anos mais tarde já como um partido governista o próprio Lula em 2006 fez um desabafo dizendo que os bancos nunca ganharam tanto quanto em seu governo. Mas que os bancos não reconheceram. Só no ano de 2006 os bancos que atuam no país lucraram R\$ 10,221 bilhões no primeiro trimestre, um aumento de 61,5% em relação ao resultado apurado no mesmo período de 2005⁸.

L. I, Lula da Silva (comunicação pessoal, Folha de S. Paulo Julho, 25, 2006)

Banqueiro não tinha porque estar contra o governo, porque os bancos ganharam dinheiro. E eu dizia textualmente que preferiria que os bancos ganhassem dinheiro a ter de fazer outro Proer, como foi feito, gastando bilhões e bilhões de reais”, disse o presidente.

Embora esse relato tenha ocorrido quase duas décadas depois do pleito de 1989, a mudança, o deslocamento de um posicionamento classista para um “conservador” ocorre muito antes. Já nas eleições de 1998 pode verificar as mudanças no programa de governo sobretudo em seu discurso conciliador com o mercado.

Plano de Governo 1998

Promover o desenvolvimento com estabilidade e distribuição de renda:

(FUPMB, 1998, SP).

O Brasil pode e deve ter um caminho próprio, novas prioridades substituirão as atuais.

A dimensão humana e social e a defesa do meio ambiente são inseparáveis de um verdadeiro desenvolvimento.

Fortalecerá a autonomia nacional, tendo por objetivo a defesa da produção e do emprego; fará da educação dos brasileiros prioridade nacional, assegurará aos cidadãos uma saúde digna; defenderá e renovará a produção industrial e agrícola; apoiará a criação e o desenvolvimento de micros e pequenas empresas; ampliará a competitividade e incrementará a pesquisa científica e tecnológica; resoluções de Econtros e Congressos e Programas de Governo estimulará as exportações, sobretudo de produtos industrializados, e restringirá as importações predatórias; redefinirá o sistema financeiro, garantindo crédito com juros acessíveis; - dirigirá a política de crédito das agências públicas de financiamento – notadamente BNDES, BNB, BB e CEF – para o fortalecimento da economia e o desenvolvimento social; promoverá formação de Bancos do Povo; desenvolverá programas de habitação popular, saneamento e transporte urbano; reformará os sistemas tributários e previdenciário; favoreça negociações transparentes com trabalhadores e; aumentará a participação dos salários mais baixos. O novo governo conduzirá com mão segura a transição para uma nova organização da economia, na qual

⁸ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u80688.shtml>. Acesso em 26/08/2019.

a estabilidade e moeda será realizado com crescimento e distribuição de renda.

Ao analisar o papel do estado no programa de governo do PT nota -se uma simetria com o pensamento político da social democracia. (Przeworski, 1995) quando estudou o capitalismo e a social democracia afirmou que sua política social exprimi em suavizar os efeitos distributivos e não tenciona a transformação da estrutura da sociedade, mas procura reparar as consequências de sua política. Logo pode-se afirmar que o programa do PT de 1998 foi aprovado sob uma perspectiva social democrata, sobretudo quando empenha-se em preservar a regulamentação do mercado combinada com políticas distributivas, o que evidencia, dessa forma, a preocupação do Partido dos Trabalhadores em aceitar tal institucionalidade do “Estado de Direito”, isto é, uma assimilação dessa institucionalidade que antes criticava, mas que agora a ela se concilia.

Afirma Amaral (2002),

No entanto, é justamente aqui que reside o principal problema do programa petista de 98, pois, como veremos a seguir, as propostas econômicas, da forma com que foram estruturadas, não diferem muito das propostas apresentadas pelo governo, não conseguindo atingir, desta forma, o objetivo de apresentar um programa alternativo (p. 99).

3.1. A Carta de Rompimento com o PT do Professor Chico de Oliveira

O rompimento do Professor Chico de Oliveira é o exemplo concreto das transformações que o PT sofreu ao longo dos anos e que vai resultar em sua ascensão à Presidência da República em 2002.

Durante os anos que antecederam as eleições de 2002 o PT ensaia uma série de alianças com determinados setores da economia e da elite política que antes depreciava com tamanha propriedade que lhe rogaram o papel de protagonista da luta substancial pela transformação da estrutura da sociedade brasileira. Mas agora se une a esses setores num emaranhado de relações que leva, por exemplo, ao rompimento com setores da sociedade brasileira que ajudaram a construir uma agremiação que os representaria nos marcos institucionais do Estado de Direito.

Uma vez no governo, o PT vai reproduzir exatamente segundo o Professor Chico de Oliveira as políticas econômicas aplicadas por governos anteriores. Agora, o PT engendra o

neodesenvolvimentismo, um estado intervencionista. Essas relações terão uma ramificação por todos os extratos da burguesia interna nacional, trabalhador urbano, baixa classe média e o campesinato representada no marco institucional pelo PT, em uma frente ampla e heterogênea que carrega em seu bojo uma série de contradições. (Boito J. A., 2013) será uma “associação de compadrio”, um *Capitalismo de Laços*, (Lazzarini, 2018).

Afirma Chico de Oliveira (comunicação pessoal, Folha de S. Paulo. Dezembro, 12, 2003),

Afasto-me por que não votei nas últimas eleições presidencial e proporcional no Partido dos Trabalhadores, reiterando um voto que se confirma desde 1982, para vê-lo governando com um programa que não foi apresentado aos eleitores. Nem o presidente nem muitos dos que estão nos ministérios nem outros se elegeram para Câmara dos Deputados e para o Senado da República pediram meu voto para conduzir uma política econômica desastrosa, uma reforma da previdência anti-trabalhador e pró-sistema financeiro, uma reforma tributária mofina e oligarquizada, uma campanha de descrédito e desmoralização do funcionalismo público, uma inversão de valores republicanos em benefício do ideal liberal do êxito a qualquer preço -o “triunfo da razão cínica”, no dizer de César Benjamim-, uma política de alianças descaracterizadora, uma “caça as bruxas” anacrônica e ressuscitadora das piores práticas stalinistas, um conjunto de política que fingem ser sociais quando são apenas funcionalização da pobreza -enfim, para não me alongar mais, um governo que é o terceiro de FHC.

As críticas do Professor Chico de Oliveira ocorrem mesmo antes da posse de Lula na Presidência da República. Pois, Chico de Oliveira acreditava que o caminho tomado pelo PT não representava a política de caráter movimentista de seu modelo originário e sua discordância estava fundada exatamente nas mudanças que o partido tinha sofrido ao longo dos anos, as modificações estruturais na posição de caráter classista do núcleo duro do Partido dos Trabalhadores.

Nas Palavras de Chico de Oliveira (comunicação pessoal, Folha de S. Paulo. Dezembro, 12, 2003),

minhas críticas ao governo já são antigas, até antes da posse. Nelas, todas públicas, em artigos e entrevistas, manifestei, sem reboços, não apenas minha discordância, mas minha convicção de que, por esse caminho, não chegaremos a bom termo neste primeiro governo federal do PT. Não estou só nesta posição.

Mas minha discordância não se funda apenas -e esse apenas já seria muito- no que poderia ser considerado um desvio conjuntural, uma posição política tática para governar e atenuar os efeitos da herança de FHC.

Ela vai mais longe: há transformações estruturais na posição de classe de um vasto setor que domina o PT, que indicam uma real mudança do caráter do partido. E, como posições de classe não se mudam com simples mudanças de nomes ou de conjuntura ou de melhoria de alguns indicadores econômicos, considero que o governo Lula está aprofundando a chamada “herança maldita” de FHC e tornado-a irreversível. Não votei para esse aprofundamento, mas contra ele.

Se durante o período do regime militar e após a redemocratização do país, na década de 1980, o PT se coloca como Protagonista da luta pela transformação da estrutura da sociedade brasileira ao chegar à presidência se revela contraditório quando “abandona” o projeto coletivo de poder da transformação da sociedade através do socialismo.

Afirma Chico de Oliveira (comunicação pessoal, Folha de S. Paulo, Dezembro, 12, 2003),

O PT trocou a hegemonia que se formava por um amplo movimento desde a ditadura, no qual o próprio partido tinha lugar e função central, a direção moral que reclamava transparência, separação das esferas pública e privada, fazia a crítica do neoliberalismo, organizava os trabalhadores, incluía os excluídos, indicava o caminho do socialismo, pelo prato de lentilhas da dominação.

Embora as transformações estruturais que o próprio PT sempre substimou ajudem a explicar boa parte do seu aburguesamento, ou de seu envelhecimento precoce, nas palavras de Marx e Engels, dois “renegados” pelo PT no poder, a responsabilidade das lideranças é inescapável. E a do presidente assume um lugar central: ele é a liderança carismática responsável, posto que ela projeta uma sombra de proteção e encantamento sobre os processos reais.

(...). Quando a liga que faz o partido, o projeto coletivo de poder de transformação da sociedade no sentido do socialismo, e de mobilização da sociedade para tanto, se esgota, então é hora de deixá-lo. As amizades, se forem sólidas e para além do partido, continuarão.

Neste ítem, apura-se que o Professor Chico de Oliveira mostra toda sua insatisfação com os caminhos tomado pelo PT ao longo dos anos até chegar ao poder e nele se revelar um governo “anti-

trabalhador e de características de um partido trabalhista conservador”. Em suas palavras, Chico Oliveira (comunicação pessoal, Folha de S. Paulo, Dezembro, 12, 2003) “o partido sofreu um processo de aburguesamento e de envelhecimento precoce”. Sua análise é precisa e mostra com exatidão todo esse processo de transformação que o PT sofreu nesse período pré-presidência. O PT, surge como um partido de massa de caráter movimentista e se transforma num partido governista, numa agremiação profissional eleitoral distanciando-se de sua base política e social a ponto de perder pelo caminho importantes membros que ajudaram a fundar e a tornar o PT o maior e mais importante partido de massa da América Latina.

3.2. Considerações Finais

Para concluir, apurou-se que o PT, um partido trabalhista, migrou para o centro, com o propósito de ampliar sua base eleitoral, abandonando assim seu discurso classista (Meneguello, 1989). E, embora tenha havido mudanças no campo programático, esses programas sempre ressaltaram o papel do Estado como responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, sobretudo, no programa de governo de 1998 quando o PT ressalta sua experiência da administração da capital paulista de 1989 a 1993 para legitimar sua capacidade administrativa. O PT acabou por abandonar temas mais ideológicos como o socialismo, que no programa de 1998 não é mencionado, além de questões polêmicas, como a suspensão do pagamento da dívida externa e à estatização de bancos, defendidas em 1989 e que desapareceram por completo no programa de 1998. Esta ampliação em sua base eleitoral propiciou uma “desideologização” do partido. Esse fenômeno foi percebido por (Kichheimer, 1966) e (Panebianco, 2005) em seus estudos sobre os partidos de massa da Europa Ocidental. Esses autores identificaram que por conta do aumento da competitividade eleitoral desses partidos houve uma diminuição da importância ideológica transformando tais partidos em agremiações profissionais eleitorais, afastando assim, o partido de sua base e de sua militância. (Panebianco, 2005) ressalta que seus estudos partem do princípio de modelos de partidos, e que é incerto aplicá-lo plenamente, portanto, ao destacar essas mudanças no PT, em que o partido toma um caminho “conservador” para atingir o poder, não se pode afirmar categoricamente de forma alguma que

o Partido dos Trabalhadores se tornou um partido trabalhista conservador. Entretanto, pode-se afirmar que o PT em busca de uma ampliação de sua base eleitoral com o propósito de vencer as eleições assume algumas características de um partido conservador.

Com o início do governo Lula em 2003, se dá o processo de ruptura do PT, aliado à insatisfação da “Carta ao Povo Brasileiro” e com os rumos do partido em geral, importantes lideranças deixaram o partido. Já, em 2003, o grande eixo político que agrupa diversos setores rompe com o PT e afasta-se para fundar o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). É a defensiva contra a reforma da previdência. O PT assume a Presidência da República numa perspectiva de governar para o capital. Provavelmente, essa tendência fez com que o Partido dos Trabalhadores se afastasse de seus ideais originários como partido identificado com a transformação estrutural da sociedade brasileira e abrisse espaço para que o PSOL reclamasse esse protagonismo.

No Programa de governo de 1998 o Partido dos Trabalhadores ao falar em ampliar a competitividade da produção industrial e agrícola

através do BNDES na verdade faz isso de tal forma que impulsionará mais tarde, uma vez na presidência unicamente um pequeno setor da economia nacional, dará sobrevida ao agronegócio e promoverá à expansão internacional das chamadas empresas campeãs nacionais dos setores de extração de minérios e empreiteiras que se tornarão as empresas nacionais com maior penetração no mercado internacional.

O projeto desenvolvimentista dos anos 2000 do PT logra um embrião nas eleições de 1998 que será

mais tarde aplicado a partir de 2003 com a vitória nas eleições de 2002. Um projeto de conciliação com o mercado. Usando como estratégia os fluxos da divisão internacional do trabalho para ganhar influência na política internacional.

Em outras palavras, o projeto desenvolvimentista dos anos 2000 lança mão de uma estratégia ao qual só poderia ser usada aquela, uma vez que o Brasil na economia internacional só seria capaz de ganhar robustez através dos setores econômicos de produtos de baixo valor agregado. Por isso, a escolha de determinados setores agroexportadores como o agronegócio e as empresas de extração de minérios.

Essas propostas do PT para as eleições de 1998 irão moldar as características do neodesenvolvimentismo dos anos 2000. Trata-se do desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico (Boito J. A., 2003). Pois, o neodesenvolvimentismo dos anos 2000 tem sua posição definida na divisão internacional do trabalho e respeita isso. Mas, faz dessa posição uma estratégia para angariar importância nas relações externas e, por isso mesmo, fortalece os setores da economia nacional considerados estratégicos e usa esse artifício quando lança mão de financiamento de empresas financeiras estatais direta e indiretamente às chamadas empresas campeãs nacionais para que tal estratégia atinja seu objetivo. Mas, dentro de um modelo capitalista neoliberal que promova ou continue reproduzindo desigualdade. Em contra partida amplia os gastos sociais através de programas de transferência de renda e de proteção social básica para minimizar os efeitos provocados por esse modelo de desenvolvimento.

Referências

- Abranches, S. (1988). Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 31(1), pp. 5-34.
- Amaral, O. M. E. Do. (2002). *As mudanças no PT: um estudo dos programas de Governo de 1989 e 1998* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidad Católica de São Paulo.
- Avritez, L. (2007). Sociedade civil: instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade de ação. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 50(3), pp. 443-467.
- Azevedo, C. B. (1995). *A estrela partida ao meio*. São Paulo: Entrelinhas.
- Boito Junior, A. (2003). Burguesia e neoliberalismo no Brasil. *PUCviva Revista*, 1(5), pp. 3-5.
- (2003). A hegemonia neoliberal no governo Lula. *Crítica Marxista*, 17, pp. 9-35.
- (2005). A burguesia no Governo Lula. *Crítica Marxista*, 21, pp. 52-77.
- (2013). O Lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica as teses de André Singer. *Crítica Marxista*, 37, pp. 171-181.
- (2014). As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *PIMSA*, 15, pp. 209-227.
- Campello de Souza, M. do C. (1978). *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- Chauí, M. (2006). *Leituras da crise: Diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Couto, C. G.; Abrucio, F. L. (1992). *A Dialética da Mudança: O PT se confronta com a institucionalidade*. São Paulo: CEDEC, mimeo.
- (1995). *O desafio de ser governo: O PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Duverger, M. (1970). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Faoro, R. (1958). *Os Donos do Poder*. Porto Alegre: Editora Globo.
- Furtado, C. (1967). *A Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional.
- Genro, L. & Robaina, R. (2006). *A Falência do PT e Atualidade da Luta Socialista*. Porto Alegre: L&PM.
- Ianni, O. (1965). *Política e Revolução no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kichheimer, O. (1966). The transformation of the western european party systems. In J. Lapalombara & M. Weiner (orgs.), *Political parties and political development* (pp.349-385). Princeton: Princeton University Press.
- Keck, M. E. (1988). “O novo sindicalismo” na transição brasileira”. In A. Stepan, *Democratizando o Brasil* (381-439). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (1991). *A Lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática.
- Lazzarini, S. (2018). *Capitalismo de Laços. Os donos do Brasil e Suas Conexões*. São Paulo: BEI Comunicação.
- Meneguello, R. (1989). *PT: A Formação de um Partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- (1998). *Partidos e Governo no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra.
- Panebianco, A. (2005). *Modelos de Partido*. São Paulo: Martins Fontes.
- Przeworski, A. (1995). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Singer, A. (2009). Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. *Revista Novos Estudos*, 85, pp. 83 -102.